

Inspeção-Geral de Finanças

Despacho n.º 7237/2014

Por despacho de 23-05-2014 da Inspetora-Geral de Finanças, em exercício:

Atento o previsto no n.º 1 do artigo 24.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, e ouvido o Conselho de Inspeção, são renovadas, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 23.º do referido diploma, as comissões de serviço no cargo de Inspetor de Finanças Diretor dos licenciados, Carlos Fernando Calhau Trigacheiro, José Henrique Rodrigues Polaco e Ana Paula Pereira Cosme Franco Barata Salgueiro, com efeitos a 21 de julho de 2014.

23 de maio de 2014. — A Inspetora-Geral, em exercício, *Maria Isabel da Silva Castelhão Ferreira da Silva*.

207851828

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Secretaria-Geral

Aviso n.º 6700/2014

1 — Nos termos do disposto na alínea *d*) do n.º 3 do artigo 30.º, n.º 1 alínea *d*) do artigo 31.º e n.º 1 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, notificam-se os candidatos admitidos ao procedimento concursal comum de recrutamento de um posto de trabalho da carreira/categoria de técnico superior, aberto através do Aviso n.º 1831/2014, publicado no *Diário da República*, n.º 27, 2.ª série, de 7 de fevereiro de 2014, que se encontram afixados no “local de estilo” da Direção-Geral dos Assuntos Europeus, Rua de Cova da Moura, 1-Lisboa, e igualmente disponíveis na respetiva página eletrónica do Ministério em www.portugal.gov.pt/ ministério dos negócios estrangeiros — sobre o ministério — avisos sobre procedimentos concursais, os resultados obtidos nos métodos de seleção, Avaliação Curricular e Prova de Conhecimentos, para querendo, os candidatos a excluir, se pronunciarem em sede de audiência dos interessados, nos termos do Código do Procedimento Administrativo, no prazo de 10 dias úteis, a contar da data de publicação do presente Aviso.

Para o efeito, deverá, ser utilizado o formulário tipo, publicado pelo Despacho (extrato) n.º 11321/2009, DR n.º 89, 2.ª série, de 8 de maio de 2009 e disponibilizado no sítio do Ministério dos Negócios Estrangeiros em www.portugal.gov.pt/ ministério dos negócios estrangeiros — sobre o ministério — avisos sobre procedimentos concursais

2 — A fim de dar cumprimento ao n.º 6 do artigo 31.º, conjugado com o n.º 3 alínea *d*) do artigo 30.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, informam-se os candidatos notificados através do Aviso (extrato) 5300/2014, publicado no *Diário da República* n.º 79, de 23 de abril, e que não se pronunciaram no âmbito da audiência dos interessados, da respetiva exclusão ao procedimento concursal, podendo deste ato ser interposto recurso hierárquico ou tutelar, nos termos do n.º 1 do artigo 39.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro.

3 — O processo instrutório relativo ao procedimento concursal está disponível para consulta dos interessados nas instalações da DGAE, na Rua Cova da Moura, n.º 1, em Lisboa, das 9.30 às 12.30 e das 14.30 às 18 h.

4 — Nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 33.º, n.º 4 do artigo 13.º e alínea *d*) do n.º 3 do artigo 30.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, convocam-se os candidatos aprovados nos métodos de seleção Avaliação Curricular e Prova de Conhecimentos do presente procedimento concursal, para a realização da Entrevista Profissional de Seleção, que ocorrerá nas instalações da Direção-Geral dos Assuntos Europeus, Rua da Cova da Moura, n.º 1 em Lisboa, de acordo com o calendário que se encontra afixado no “local de estilo” da Direção-Geral dos Assuntos Europeus, encontrando-se igualmente disponível na página eletrónica do Ministério www.portugal.gov.pt/ ministério dos negócios estrangeiros — sobre o ministério — avisos sobre procedimentos concursais

23 de maio de 2014. — O Diretor do Departamento, *Francisco Vaz Patto*.

207850718

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

Gabinete da Secretária de Estado Adjunta e da Defesa Nacional

Despacho n.º 7238/2014

Considerando a Informação n.º 2014-15978, de 5 de maio de 2014, da Unidade Ministerial de Compras da Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional;

Considerando que se mostra necessário dar início a um procedimento para a aquisição de serviços de manutenção, designadamente, serviços de suporte e atualizações, em especial updates ou upgrades de licenças de software SAP, visando assegurar a permanente e continuada operacionalidade do Sistema Integrado de Gestão da Defesa Nacional (SIGDN);

Considerando que a presente aquisição já obteve parecer favorável por parte da Agência para a Modernização Administrativa, I.P. (AMA), nos termos dos artigos 3º e 4º do Decreto-Lei n.º 107/2012, de 18 de maio;

Considerando que, de acordo com o previsto na alínea *c*) do artigo 4º da Lei de Organização e Procedimento do Tribunal de Contas, este procedimento se encontra excluído de fiscalização prévia do Tribunal de Contas, Ao abrigo do disposto no n.º 4 do despacho de delegação de competências n.º 5.957/2013, de 24 de abril, publicado no *Diário da República*, 2ª série n.º 88, de 8 de maio:

1. Autorizo nos termos conjugados dos artigos 36º, 38º e 130º e seguintes do Código dos Contratos Públicos (CCP), e da alínea *c*) do n.º 1 do artigo 17º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, a abertura de concurso público com publicação no Jornal Oficial da União Europeia, para contratação do serviço de manutenção de licenças SAP.

2. Autorizo a realização da despesa como proposto na Informação n.º 2014-15978, de 5 de maio de 2014, da Unidade Ministerial de Compras da Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional no valor estimado de € 920.345,29 (novecentos e vinte mil, trezentos e quarenta e cinco euros e vinte e nove centimos), ao qual acresce IVA, para este serviço de manutenção.

3. Aprovo as peças procedimentais que constam do anexo III à Informação referida em 2.

4. Designo para integrar o Júri do concurso os nomes propostos na Informação identificada em 2., nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 67º do CCP.

5. Delego no Júri do Concurso as competências para:

a) Retificar as peças do procedimento, nos termos do n.º 3 do artigo 50º do CCP;

b) Prestar esclarecimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 50º do CCP;

c) Deliberar sobre a lista de erros e omissões apresentada pelos interessados, nos termos do n.º 3 do artigo 61º do CCP;

d) Prorrogar os prazos para apresentação de propostas, nos termos do n.º 4 do artigo 64º do CCP.

6. Delego no Secretário-Geral do Ministério da Defesa Nacional, Mestre Gustavo Madeira as competências para adjudicação, aprovação da minuta do contrato e respetiva outorga.

19 de maio de 2014. — A Secretária de Estado Adjunta e da Defesa Nacional, *Berta Maria Correia de Almeida de Melo Cabral*.

207854655

MARINHA

Superintendência dos Serviços do Pessoal

Despacho n.º 7239/2014

Manda o Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada, ao abrigo da alínea *d*) do n.º 1 do artigo 68.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR), após despacho conjunto n.º 5453-A/2014, de 16 de abril, da Ministra de Estado e das Finanças e do Ministro da Defesa Nacional, promover por diuturnidade ao posto de primeiro-marinheiro, os segundos-marinheiros da classe de administrativos, em regime de Contrato:

9324108, André Manuel Ramalho Gonçalves

9338306, Nuno Miguel Ferreira Seixas

9322308, Tiago João Pinho da Cunha

9324908, Rafael Godinho Feio Dias Pardo

9323108, João Miguel Ludovico Garcia

9321908, João Alexandre Nepomuceno Galindro

que satisfazem as condições gerais e especiais de promoção fixadas, respetivamente, nos artigos 299.º e 305.º do mencionado estatuto, a